



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 14, n. 157, jan. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ O Brasil e o Acordo Geral de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (GPA – WTO) – perspectivas e harmonização jurídica
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
- ◆ A terceirização pela Administração Pública no Direito Administrativo: considerações sobre o Decreto nº 2.271/97, a Instrução Normativa nº 2/08 e suas alterações, a ADC nº 16 e a nova Súmula nº 331 do TST
Cristiana Fortini, Virginia Kirchmeyer Vieira
- ◆ Da impossibilidade de utilização do CADIN como fundamento para negar acesso à prestação de serviços públicos
Felipe Carvalho Olegário de Souza
- ◆ A definição de prestação de serviços das concessões administrativas
Fernanda Damiani Pereira
- ◆ Jurisprudência comentada: contratação de advogado por inexigibilidade de licitação. Recente jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do estado de São Paulo
Gina Copola
- ◆ Três temas do Tribunal de Contas: 1) o controle interno e seus cargos; 2) conta regular com multa; 3) apartado em conta aprovada sem ressalva
Ivan Barbosa Rigolin
- ◆ Parcerias Público -Privadas, endividamento e controle: reflexões sobre o art. 28 da Lei nº 11.079/2004
Paulo Henrique de Mattos Studart
- ◆ Advocacia-Geral da União e as licitações sustentáveis
Teresa Villac, Marcos Weiss Bliacheris, Maria Augusta Soares Ferreira

Direto ao Ponto

- ◆ Artigo 90 da Lei nº 8.666/1993 – análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Glauco Alves e Santos Junior

Melhores Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação com micro e pequenas empresas e regularidade trabalhista

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Improbidade administrativa – Controle externo – Ato atentatório contra os princípios da Administração Pública – Pena de multa resultante da improbidade administrativa e no âmbito do TCU – Penalização da mesma conduta nas duas esferas – Possibilidade – Disparidade das condenações – Necessidade de observância da proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das multas

◆ Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Improbidade administrativa – Ex-prefeito – Lei nº 8.429/92 – Aplicabilidade – Irregularidade na execução do convênio – Cumprimento parcial do objeto – Valor repassado insuficiente a regular execução das obras conveniadas – Remanejamento da verba recebida para o atendimento das prioridades verificadas – Ausência de dano ao erário – Inexistência de dolo

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Desestatização do Banco do Estado do Espírito Santo – Contratação para prestação de serviços técnicos especializados – Execução do programa de modelagem da privatização do sistema financeiro do banco estatal – Dispensa de licitação – Art. 24, XIII, Lei nº 8.666/93 – Notória reputação ético-profissional do contratado – Necessidade do objeto contratual ser compatível com as finalidades da instituição – Finalidade estatutária destoante da especialidade do serviço contratado – Atividade atípica das entidades – Ilegalidade

◆ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Administrativo – Mandado de segurança – Licitação – Exclusão da empresa da disputa – Garantia para eventual execução do contrato – Fiança bancária – Título expedido por entidade sem natureza bancária – Rejeição pela comissão de licitação – Legalidade – Art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93

◆ Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Crime contra a Administração Pública – Inexigibilidade de licitação – Prefeito municipal – Autorização de diversas contratações diretas com determinada empresa para realização de transporte público de munícipes e escolares – Procurador municipal – Pareceres jurídicos atestando a legalidade da inexigibilidade de licitação – Existência de diversas empresas na região potencialmente aptas a desempenhar o serviço – Limitação territorial sem justificativa plausível – Violação do princípio da isonomia, da competição e da escolha da proposta mais vantajosa – Responsabilidade conjunta dos acusados

Consultas - Tribunais de Contas

◆ Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Locação de serviços de menores aprendizes – Contratação de entidade filantrópica de caráter assistencial e educacional – Possibilidade – Inexigibilidade de licitação – Repasse de subvenção social à entidade filantrópica contratada – Impossibilidade

◆ Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Consulta – Estados, Distrito Federal e Municípios legislarem de forma suplementar, por meio de lei ou decreto objetivando atualizar os valores das modalidades de

licitação previstos na Lei nº 8.666/93 – Art. 23, da Lei Geral de Licitações e Contratos – Normas gerais – Competência privativa da União – Usurpação de competência – Impossibilidade – Edição de norma própria de licitação pelo ente municipal – Ajustamento às características locais – Possibilidade em caráter complementar as normas gerais

Ementário

- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação
- ◆ Responsabilidade Fiscal

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Constitucional
- ◆ Terceiro Setor

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 59)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação